Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

25/06/2013

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. ASSESSORIA..... 1
   1.2. AÇÕES TJMA..... 2
   1.3. DECISÕES..... 3
   1.4. DESEMBARGADORES..... 4
   1.5. EXECUÇÕES PENAIS..... 5
   1.6. SELETIVOS..... 6 - 7
2. JORNAL ATOS E FATOS
   2.1. DECISÕES..... 8
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   3.1. AÇÕES TJMA..... 9 - 10
   3.2. DECISÕES..... 11 - 12
   3.3. EXECUÇÕES PENAIS..... 13
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. ASSESSORIA..... 14
   4.2. CASO DÉCIO SÁ..... 15 - 16
   4.3. COMARCAS..... 17 - 18
   4.4. CORREGEDOR..... 19
   4.5. DESEMBARGADORES..... 20 - 22
5. JORNAL EXTRA
   5.1. ASSESSORIA..... 23
6. JORNAL O DEBATE
   6.1. ASSESSORIA..... 24
   6.2. EXECUÇÕES PENAIS..... 25
7. JORNAL O QUARTO PODER
   7.1. AÇÕES TJMA..... 26
   7.2. DECISÕES..... 27
8. JORNAL PEQUENO
   8.1. ASSESSORIA..... 28
   8.2. AÇÕES TJMA..... 29
   8.3. DECISÕES..... 30
   8.4. DESEMBARGADORES..... 31
   8.5. SELETIVOS..... 32 - 33
   8.6. VISITA..... 34

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

PRESIDENTE DO TJMA LAMENTA MORTE DO JORNALISTA REINALDO BARROS

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Desembargador Antonio Guerreiro Júnior, tendo em vista o falecimento do jornalista Reinaldo Barros, 54 anos, Assessor-Chefe de Comunicação da Corte, manifestou profunda consternação pela lastimável perda e se solidarizou com a dor e a saudade de seus familiares.Reinaldo Barros sofreu infarto fulminante na madrugada deste domingo. Socorrido por familiares, foi levado às pressas a um hospital, mas já chegou sem vida ao local.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

TJMA PREENCHE VAGAS EM 137 CARTÓRIOS DO ESTADO

Cento e trinta e sete serventias extrajudiciais vagas foram preenchidas em audiência pública promovida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na última sexta-feira (21), com aprovados no concurso de notários de 2011, conforme ordem de classificação no certame.

A audiência foi coordenada pelo corregedor-geral da Justiça e presidente da comissão de concurso, desembargador Cleones Cunha. Os aprovados serão convocados para exames médicos.

QUALIDADE - Os novos notários são graduados em Direito, o que garante maior segurança jurídica e serviços de qualidade aos jurisdicionados, enfatiza o corregedor-geral de justiça, desembargador Cleones Cunha. "Acreditamos plenamente na melhoria dos serviços cartorários prestados à população", acrescenta.

Ynara Ramalho Mota, que escolheu o 1° Ofício Extrajudicial de Colinas, aprovou a organização do concurso. "Após anos de estudos e dedicação, estou aliviada, pois tudo foi resolvido conforme o esperado. A comissão organizadora sempre esteve preocupada com a transparência das informações prestadas", disse.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DPE realiza mutirão para atender famílias que buscam internação compulsória de parente dependente químico

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) realizou mutirão para atender à crescente grande demanda de famílias em busca de internação compulsória de parentes usuários de substâncias entorpecentes. O objetivo é garantir, na Justiça, o acolhimento dos usuários sem a vontade do mesmo, em casos de extrema necessidade e quando há riscos de morte para familiares.

O mutirão, realizado durante três dias, na sede da DPE/MA, atendeu cerca de 40 pessoas, previamente agendadas mediante triagem feita por psicólogos e assistentes sociais da Defensoria. Participaram da ação os defensores públicos Glaiseane Lobo Pinto de Carvalho, Cristiane Silva Marques da Fonseca, Edilson Santana Gonçalves Filho e Diego Carvalho Bugs.

Segundo a defensora pública Cristiane Marques, grande parte dos assistidos é composta por mães que procuram uma solução para o problema de filhos envolvidos com drogas. Alguns pedidos de internação foram enviados para o Tribunal de Justiça. Outros não puderam ser encaminhados de imediato por ausência de documentação, inclusive o laudo médico, comprovando o alto índice de periculosidade do vício para o usuário e para os familiares.

"Muitas pessoas que nos procuraram, não trouxeram a documentação necessária, por isso não tivemos como dar prosseguimento ao pedido. A internação compulsória não é uma medida simples, algumas clínicas, por questões éticas, não entregam o laudo, por exemplo. E esse é um documento fundamental para a solicitação da internação", afirmou.

A corregedora da DPE, Fabíola Almeida Barros, reconheceu a importância de ações deste tipo, que buscam tirar dependentes químicos das ruas e colocá-los em unidades adequadas de tratamento, mesmo contra a vontade dos mesmos. "A droga é uma questão de saúde pública. Devem ser facilitados os canais para que o usuário possa sair do vício, sem risco para si e para seus familiares. Uma decisão da Justiça, nesses casos, pode ser solução mais adequada", concluiu.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ELEIÇÃO PARA DESEMBARGADOR DO TJMA TEM 15 JUÍZES INSCRITOS

Quinze juízes de entrância final (São Luís) se inscreveram para acesso ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), pelo critério de merecimento, na vaga aberta em razão da aposentadoria de Raimundo Nonato de Souza. A votação ocorre em sessão plenária administrativa. A próxima está prevista para 3 de julho.

Estão inscritos os juízes José de Ribamar Castro, Tyrone José Silva, Ângela Maria Moraes Salazar, João Santana Sousa, José Jorge Figueiredo dos Anjos, Luiz Gonzaga Almeida Silva, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Luiz de França Belchior Silva, Marcelino Chaves Everton, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Samuel Batista de Sousa, Raimundo Nonato Neris Ferreira, Antonio José Vieira Filho, Oriana Gomes e Cleonice Conceição do Nascimento.

De todos, segundo a Diretoria Geral do TJMA, apenas a juíza Cleonice do Nascimento não terá o nome submetido à votação, por não compor a primeira quinta parte da lista de antiguidade.

De acordo com o Regimento Interno, somente poderá integrar a lista tríplice para acesso ao Tribunal, pelo critério de merecimento, o juiz que tenha pelo menos dois anos de exercício na respectiva entrância e se situe na primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver juiz com tais requisitos que aceite o lugar vago, o que não foi o caso, já que 14 magistrados integrantes da primeira quinta parte se inscreveram.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sejap participa de discussão sobre Lei de Execução Penal

O secretário de Estado de Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, esteve presente na audiência pública para discutir propostas de aprimoramento da Lei de Execução Penal (LEP). Realizada pela Comissão Especial de Juristas, criada recentemente pelo Senado Federal, em parceria com a Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão, a audiência aconteceu na sexta-feira (21), em São Luis.

Com o objetivo de colocar em pauta as alterações, analisar e discutir as idéias levadas para contribuir nas mudanças na Lei de Execução Penal (LEP), a audiência teve a participação de representantes de gestores públicos, juízes da execução penal, autoridades do setor de segurança pública e jurídica e membros do conselho de comunidade.

Para Sebastião Uchôa, a Lei é boa, mas é preciso atualizá-la de modo que possa ser efetivada melhorando, principalmente, a forma de gestão. "A audiência, com certeza, é necessária para traçar as adequações necessárias. A Comissão age acertadamente quando inclui as partes mais interessadas para acrescentar e discutir as melhorias para a LEP".

O promotor de Justiça de Pernambuco e representante da Comissão Especial dos Juristas do Senado, Marcelo Ugiette, destacou a importância do momento "É um processo difícil e que requer esforço e atenção para que um resultado adequado seja realizado". Outras audiências devem ser realizadas até a apresentação do anteprojeto de atualização da LEP.

Durante o evento, Uchôa destacou como o modelo empregado pelo método APAC influem positivamente na reintegração social e melhor cumprimento da pena. "A APAC é uma ferramenta que vem dando resultados. O avanço do sistema e a redução da criminalidade quando inserido o método APAC em suas ações é notório. Seria de grande valia prestigiá-la na Lei de Execução Penal".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sai resultado final da prova objetiva do concurso de juiz

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) divulgou Edital com o resultado final da prova objetiva seletiva e a convocação para as provas escritas, referentes ao concurso público para o cargo de Juiz de Direito Substituto. O Edital com a lista pode ser acessado em link disponível na página do Cespe UnB, responsável pelo certame.

As provas escritas terão cinco questões. Com duração de cinco horas, elas serão aplicadas no dia 6 de julho de 2013, às 14 horas. Os candidatos devem acessar o site do Cespe UnB a partir do dia 26 de junho, para verificação do endereço de realização das provas.

Na data provável de 2 de agosto de 2013 será divulgado, no Diário da Justiça Eletrônico, edital de convocação para a sessão pública do resultado provisório das provas escritas; de distribuição dos recursos contra o resultado e para julgamento dos recursos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DPE realiza mutirão para atender famílias que buscam internação compulsória de parente dependente químico

Defensores públicos prestam atendimento a parentes de usuários de drogas em mutirão

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) realizou mutirão para atender à crescente grande demanda de famílias em busca de internação compulsória de parentes usuários de substâncias entorpecentes. O objetivo é garantir, na Justiça, o acolhimento dos usuários sem a vontade do mesmo, em casos de extrema necessidade e quando há riscos de morte para familiares.

O mutirão, realizado durante três dias, na sede da DPE/MA, atendeu cerca de 40 pessoas, previamente agendadas mediante triagem feita por psicólogos e assistentes sociais da Defensoria. Participaram da ação os defensores públicos Glaiseane Lobo Pinto de Carvalho, Cristiane Silva Marques da Fonseca, Edilson Santana Gonçalves Filho e Diego Carvalho Bugs.

Segundo a defensora pública Cristiane Marques, grande parte dos assistidos é composta por mães que procuram uma solução para o problema de filhos envolvidos com drogas. Alguns pedidos de internação foram enviados para o Tribunal de Justiça. Outros não puderam ser encaminhados de imediato por ausência de documentação, inclusive o laudo médico, comprovando o alto índice de periculosidade do vício para o usuário e para os familiares.

"Muitas pessoas que nos procuraram, não trouxeram a documentação necessária, por isso não tivemos como dar prosseguimento ao pedido. A internação compulsória não é uma medida simples, algumas clínicas, por questões éticas, não entregam o laudo, por exemplo. E esse é um documento fundamental para a solicitação da internação", afirmou.

A corregedora da DPE, Fabíola Almeida Barros, reconheceu a importância de ações deste tipo, que buscam tirar dependentes químicos das ruas e colocá-los em unidades adequadas de tratamento, mesmo contra a vontade dos mesmos. "A droga é uma questão de saúde pública. Devem ser facilitados os canais para que o usuário possa sair do vício, sem risco para si e para seus familiares. Uma decisão da Justiça, nesses casos, pode ser solução mais adequada", concluiu.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA PREENCHE VAGAS EM 137 CARTÓRIOS DO ESTADO

PAG.06

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

NOTÁRIOS

TJMA preenche vagas em 137 cartórios do Estado

Cento e trinta e sete serventias extrajudiciais vagas foram preenchidas em audiência pública promovida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na última sexta-feira (21), com aprovados no concurso de notários de 2011, conforme ordem de classificação no certame.

A audiência foi coordenada pelo corregedor-geral da Justiça e presidente da comissão de concurso, desembargador Cleones Cunha. Os aprovados serão convocados para exames médicos.

QUALIDADE - Os novos notários são graduados em Direito, o que garante maior segurança jurídica e serviços de qualidade aos jurisdicionados, enfatiza o corregedor-geral de justiça, desembargador Cleones Cunha. "Acreditamos plenamente na melhoria dos serviços cartorários prestados à população", acrescenta.

Ynara Ramalho Mota, que escolheu o 1° Ofício Extrajudicial de Colinas, aprovou a organização do concurso. "Após anos de estudos e dedicação, estou aliviada, pois tudo foi resolvido conforme o esperado. A comissão organizadora sempre esteve preocupada com a transparência das informações prestadas", disse.

A candidata mato-grossense, Sheila Rheinheimer, também elogiou os trabalhos da comissão. "O Maranhão está de parabéns, ao conduzir de forma responsável e transparente a organização do concurso", avaliou. "Estou repleta de expectativas em poder desempenhar bem minhas atividades, no Cartório Único de Benedito Leite", acrescentou.

No ato da escolha das serventias - das quais 65 são novas - os classificados assinaram lista de presença e termos de opção e desistência perante o diretor do Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (Ieses), Gilson Meireles. A instituição coordenou o certame.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mutirão vai atender famílias que buscam internação compulsória

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) realizou mutirão para atender à crescente grande demanda de famílias em busca de internação compulsória de parentes usuários de substâncias entorpecentes. PAG. 05

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mutirão vai atender famílias que buscam internação compulsória

Defensores públicos prestam atendimento a parentes de usuários de drogas em mutirão

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) realizou mutirão para atender à crescente grande demanda de famílias em busca de internação compulsória de parentes usuários de substâncias entorpecentes. O objetivo é garantir, na Justiça, o acolhimento dos usuários sem a vontade do mesmo, em casos de extrema necessidade e quando há riscos de morte para familiares.

O mutirão, realizado durante três dias, na sede da DPE/MA, atendeu cerca de 40 pessoas, previamente agendadas mediante triagem feita por psicólogos e assistentes sociais da Defensoria. Participaram da ação os defensores públicos Glaiseane Lobo Pinto de Carvalho, Cristiane Silva Marques da Fonseca, Edilson Santana Gonçalves Filho e Diego Carvalho Bugs.

Segundo a defensora pública Cristiane Marques, grande parte dos assistidos é composta por mães que procuram uma solução para o problema de filhos envolvidos com drogas. Alguns pedidos de internação foram enviados para o Tribunal de Justiça. Outros não puderam ser encaminhados de imediato por ausência de documentação, inclusive o laudo médico, comprovando o alto índice de periculosidade do vício para o usuário e para os familiares.

"Muitas pessoas que nos procuraram, não trouxeram a documentação necessária, por isso não tivemos como dar prosseguimento ao pedido. A internação compulsória não é uma medida simples, algumas clínicas, por questões éticas, não entregam o laudo, por exemplo. E esse é um documento fundamental para a solicitação da internação", afirmou.

A corregedora da DPE, Fabíola Almeida Barros, reconheceu a importância de ações deste tipo, que buscam tirar dependentes químicos das ruas e colocá-los em unidades adequadas de tratamento, mesmo contra a vontade dos mesmos. "A droga é uma questão de saúde pública. Devem ser facilitados os canais para que o usuário possa sair do vício, sem risco para si e para seus familiares. Uma decisão da Justiça, nesses casos, pode ser solução mais adequada", concluiu.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sejap participa de discussão sobre Lei de Execução Penal

O secretário de Estado de Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, esteve presente na audiência pública para discutir propostas de aprimoramento da Lei de Execução Penal (LEP). Realizada pela Comissão Especial de Juristas, criada recentemente pelo Senado Federal, em parceria com a Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão, a audiência aconteceu na sexta-feira (21), em São Luis.

Com o objetivo de colocar em pauta as alterações, analisar e discutir as idéias levadas para contribuir nas mudanças na Lei de Execução Penal (LEP), a audiência teve a participação de representantes de gestores públicos, juízes da execução penal, autoridades do setor de segurança pública e jurídica e membros do conselho de comunidade.

Para Sebastião Uchôa, a Lei é boa, mas é preciso atualizá-la de modo que possa ser efetivada melhorando, principalmente, a forma de gestão. "A audiência, com certeza, é necessária para traçar as adequações necessárias. A Comissão age acertadamente quando inclui as partes mais interessadas para acrescentar e discutir as melhorias para a LEP".

O promotor de Justiça de Pernambuco e representante da Comissão Especial dos Juristas do Senado, Marcelo Ugiette, destacou a importância do momento "É um processo difícil e que requer esforço e atenção para que um resultado adequado seja realizado". Outras audiências devem ser realizadas até a apresentação do anteprojeto de atualização da LEP.

Durante o evento, Uchôa destacou como o modelo empregado pelo método APAC influem positivamente na reintegração social e melhor cumprimento da pena. "A APAC é uma ferramenta que vem dando resultados. O avanço do sistema e a redução da criminalidade quando inserido o método APAC em suas ações é notório. Seria de grande valia prestigiá-la na Lei de Execução Penal".

Imperatriz - De acordo com o secretário, a nova Penitenciária de Imperatriz, que será entregue em setembro, será administrada sob método APAC e abrangerá dos três regimes de cumprimento de pena, zerando o déficit carcerário em toda a Região Tocantina

"Precisamos eliminar a reincidência criminal em nosso país e o modelo tradicional de cumprimento de pena, tem sido entrópico".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Grande perda

Profissionais da imprensa maranhense ainda estão abalados com o falecimento do jornalista Reinaldo Barros, aos 54 anos, ocorrido na madrugada de domingo, 23, vítima de infarto. Reinaldo atualmente exercia o cargo de assessor-chefe de Comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão. Nossos pêsames a sua família.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Promotor livra *Bochecha* e os dois policiais da Seic no Caso Décio Sá

Manifestação do Ministério Público, encaminhada à 1ª Vara do Tribunal do Júri, considerou frágeis as provas apresentadas contra Fábio Aurélio do Lago e Silva, Alcides Nunes e Joel Durans, os três acusados de envolvimento no crime

O Ministério Público do Maranhão (MP) considerou frágeis as provas que levaram à acusação de pelo menos três dos 11 réus que respondem ao processo que apura o assassinato do jornalista Décio Sá. A manifestação do MP refere-se às denúncias contra Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Bochecha*, de 32 anos, apontado como um dos intermediadores do crime, e os dois investigadores da Polícia Civil, Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, afastados da instituição por suposta ligação com a quadrilha de agiotas que encomendou e financiou o homicídio.

Sobre a manifestação acerca dos denunciados, o promotor de Justiça da 1ª Promotoria do Tribunal do Júri, Luis Carlos Correa Duarte, evitou falar oficialmente com a imprensa, mas **O Estado** teve acesso à documentação depositada terça-feira (18), na 1ª Vara do Tribunal do Júri. Segundo consta nas laudas assinadas pelo promotor de Justiça, os depoimentos de testemunhas e de alguns dos outros réus mostraram fragilidades apuradas pela polícia judiciária, durante o inquérito, entre as quais aquelas que apontam *Bochecha* como intermediador.

Especificamente sobre este acusado, o MP considerou que ele não participou do aluguel da casa que abrigou o assassino de Décio Sá. "Todavia, após análises minuciosas dos depoimentos testemunhais, interrogatórios dos acusados, escutas telefônicas, este órgão ministerial entende que nos presentes autos não há indícios suficientes da participação do acusado Bochecha no planejamento/execução do assassinato do jornalista Décio Sá", avaliou o promotor do caso, com base no fato de o réu ter sido apontado como quem forneceu a casa em que ficou hospedado o matador, porém, que o imóvel apenas foi dado como garantia de pagamento a *Júnior Bolinha*, por um empréstimo feito com este por seu irmão mais novo.

Policiais - Também foram consideradas frágeis as provas que recaem sobre os investigadores da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros. Apontados como supostos partícipes na trama que resultou na morte do jornalista - pela estreita proximidade e amizade do primeiro agente com os agiotas Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, e seu pai, José de Alencar Miranda de Carvalho, de 73 anos, acusados de serem os mandantes do crime - , os policiais, porém, foram vistos como alheios.

A avaliação do representante do MP se deu a partir do depoimento do delegado Luís Jorge Matos, chefe do Departamento de Combate a Roubo a Instituições Financeiras (Dcrif) da Seic, divisão na qual estão lotados os investigadores. "Contudo, após toda a fase instrutória, verificou-se que os acusados [...] não contribuíram para a morte de Décio Sá, ou mesmo demonstraram que tinham a intenção de, de qualquer forma, ajudar no intento criminoso que resultou na morte do jornalista. Verificou-se que ambos faziam apenas a 'segurança' do acusado Gláucio, quando este solicitava, mesmo que para tanto não observassem determinações legais", considerou Duarte.

Capitão - Outra surpresa com o parecer do representante do MP foi a situação do ex-subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar, capitão Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Fábio Capita, de 37 anos. Recém-beneficiado com dois habeas corpus - um pela acusação de ter sido a suposta pessoa a ter fornecido a arma do crime contra Décio Sá; e outra pelo possível envolvimento na morte do empresário Fábio Brasil, em Teresina-PA -, o oficial da PM, segundo o promotor, não teria contado tudo o que sabe, nas audiências de instrução.

No relatório, o promotor de Justiça se refere ao militar com dureza, como uma pessoa "eficiente" para ajudar o bando a se livrar das provas que pudessem

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

surgir com as investigações. "O principal articulador da quadrilha, Sr. Júnior Bolinha, não poderia dar ensejo a todos os seus atos criminosos sem o apoio de alguém de peso. Sujeito oculto, mas de elevado valor na consecução da atividade criminosa do bando, o acusado 'Fábio Capita' soube bem articular para que os fatos viessem a se desenrolar de forma eficaz", adiantou o promotor Luis Carlos Duarte.

"Não só isso, mas como policial agiu de forma eficiente trabalhando no sentido de apagar todas as evidências de prova indiciária do crime (...). O fato de ser um bom policial não induz a dizer que o mesmo não possa estar envolvido nesse ato criminoso, mesmo que a arma, instrumento do crime, não tenha ligação direta com o acusado, também não leva a crer na sua inocência, porque é de todos conhecido que essas armas ilegais passam com grande facilidade nas mãos de policiais, por conta do grande número de apreensões", completou o promotor.

Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, investigadores da Deic, afastados de suas funções

Fábio Aurélio de Lago e Silva: provas consideradas frágeis pelo MP

Mais

O depósito do parecer do Ministério Público Estadual sobre os réus no processo que apura a morte de Décio Sá foi protocolado, na manhã de terça-feira (18), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. A documentação foi endereçada à titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri, a juíza Maria Izabel Padilha, substituída durante a primeira fase de instrução pelo juiz Márcio Castro Brandão. A partir de agora, o parecer do MP fica à disposição dos advogados de defesa para que apresentem suas alegações finais acerca de seus constituintes, e posteriormente, em um prazo de dez dias, saibam da Justiça se os mesmos serão ou não pronunciados a júri popular.

Júri popular

Conforme a denúncia oferecida à Justiça pelo próprio Ministério Público, figuram como envolvidos na morte de Décio Sá, e também devem ir a júri popular, o pistoleiro paraense Jhonatan de Sousa Silva, de 25 anos, assassino confesso de Décio Sá; os empresários José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, de 38 anos, e Shirliano Graciano de Oliveira, o *Balão*, de 27 anos, único ainda foragido, ambos como intermediadores do crime. Também compõem a lista de denunciados que, segundo o MP, precisam ser julgados pelo povo, os dois amigos do matador, Elker Farias Veloso, o *Diego*, de 26 anos, e Marcos Bruno Silva de Oliveira, de 28 anos, que teriam ajudado o assassino a fugir e se esconder.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Edital

PASTOS BONS - O juiz Sílvio Alves Nascimento, titular de Pastos Bons, torna público o edital no qual convoca as entidades públicas ou privadas, com finalidade social e sem fins lucrativos, sediadas na comarca, a participarem do processo de seleção de projetos sociais. As inscrições poderão ser feitas até o dia 5 de julho. Os selecionados receberão recursos financeiros arrecadados com a aplicação de pena de prestação pecuniária, quando não destinada à vítima ou aos seus dependentes. As inscrições poderão ser feitas das 8h às 18h, de 2ª a 6ª-feira, no Fórum Teixeira de Freitas, , no centro de Pastos Bons.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Projetos

COLINAS - Um despacho assinado pelo juiz Marcelo Elias Matos e Oka, titular da Comarca de Colinas, comunica os projetos vencedores da seleção que teve por objetivo a destinação de recursos arrecadados pelo Poder Judiciário da unidade neste ano, através de transações penais, prestações pecuniárias, entre outras. Foram selecionados o projeto Harmonia da Vida, do Educandário Elizabetta Renzi; projeto para Aquisição de Instrumentos para a Orquestra Juarez Macedo, da Associação dos Amigos de Colinas, projeto Revivendo a Adolescência e projeto para Aquisição de Flautas para a Pequena Orquestra - Tocando Flautas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Visita

fotografia@mirante.com.br

Divulgação

BURITICUPU - O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, visitou a Comarca de Buriticupu e conheceu o novo prédio do fórum, que ainda está em construção, mas deve ser inaugurado no segundo semestre deste ano. "É importante que o novo fórum seja finalizado e inaugurado em breve, visto que as instalações atuais da Justiça em Buriticupu são precárias", avaliou o corregedor, que acompanha o andamento das construções de novos fóruns no Maranhão com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior. Durante sua visita à Comarca de Buriticupu, o corregedor-geral foi recebido pelo juiz Ailton Gutemberg Lima, titular, com quem conversou sobre as atividades jurisdicionais e a estrutura do Judiciário na comarca.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Quatorze juízes disputarão vaga de desembargador pelo critério do merecimento

Sessão de escolha do novo membro do Tribunal de Justiça está prevista para o dia 17 de julho, em votação aberta pelos atuais membros da Corte maranhense

O Tribunal de Justiça do Maranhão já recebeu um total de 14 inscrições de juízes de entrância final (São Luís) pleiteando acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de merecimento. A vaga aberta se deve em razão da aposentadoria do magistrado Raimundo Nonato de Souza. A votação ocorrerá em sessão plenária administrativa prevista para o dia 17 de julho, segundo informou a O Estado o corregdor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha.

A sessão para acesso de juiz ao cargo de desembargador será pública, com votação nominal, aberta e fundamentada, obedecidas as prescrições constitucionais, legais e do Regimento Interno do TJ.

Até o momento, estão inscritos os juízes José de Ribamar Castro, Tyrone José Silva, Ângela Maria Moraes Salazar, João Santana Sousa, José Jor-

Ascon/TJ

Desembargadores vão escolher em sessão pública o nome do novo membro do Tribunal de Justiça

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ge Figueiredo dos Anjos, Luiz Gonzaga Almeida Silva, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Luiz de França Belchior Silva, Marcelino Chaves Everton, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Samuel Batista de Sousa, Raimundo Nonato Neris Ferreira, Antonio José Vieira Filho, Oriana Gomes e Cleonice Conceição do Nascimento.

Segundo a diretoria-geral do TJ, apenas a juíza Cleonice do Nascimento não terá seu nome submetido à votação, por não compor a primeira quinta parte da lista de antiguidade, um dos c ritérios para compor o colegiado.

Critérios - O Regimento Interno destaca que somente poderá integrar a lista tríplice para acesso ao Tribunal, pelo critério de merecimento, o juiz que tenha pelo menos dois anos de exercício na respectiva entrância e se situe na primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver juiz com tais requisitos que aceite o lugar vago, o que não foi o caso, já que 14 magistrados integrantes da primeira quinta parte se inscreveram.

Os candidatos

- José de Ribamar Castro
- Tyrone José Silva
- Ângela Maria Moraes Salazar
- João Santana Sousa
- José Jorge Figueiredo dos Anjos
- Luiz Gonzaga Almeida Silva
- Manoel Aureliano Ferreira Neto
- Luiz de França Belchior Silva
- Marcelino Chaves Everton
- Lucas da Costa Ribeiro Neto
- Samuel Batista de Sousa
- Raimundo Nonato Neris Ferreira
- Antonio José Vieira Filho
- Oriana Gomes

O critério merecimento será apurado e aferido, conforme o desempenho do magistrado, nos quarenta e oito meses anteriores ao acesso, por critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais.

Pendências atrapalham lista sêxtúpla da OAB

Com relação à lista sêxtupla da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) ainda existem pendências judiciais que atrapalham a liberação. A entidade tem direito a uma vaga do Tribunal de Justiça pelo Quinto Constitucional, que prevê que 1/5 dos membros de determinados tribunais do país sejam compostos por advogados e membros do Ministério Público.

Nesse caso, os candidatos integrantes tanto do Ministério Público quanto da OAB precisam ter, no mínimo de dez anos de carreira, notório saber jurídico e reputação ilibada.

O próprio presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, já reclamou da demora por parte da seccional maranhense da OAB-MA) em definir a lista sêxtupla que servirá de base para a escolha do desembargador pela regra do Quinto Constitucional.

O problema é que a vaga está aberta desde o ano passado, mas existe uma pendência judicial entre o presidente da OAB, Mário Macieira, e o advogado Samir Murad, candidato à vaga, que acabou travando o processo. "Nós estamos aguardando com ansiedade que o presidente da Ordem, Mário Macieira, mande urgentemente a lista sêxtupla, para que a gente escolha a tríplice e a governadora nomeie o novo desembargador, porque isso está fazendo falta em uma das Câmaras, que está incompleta", declarou o presidente do TJ

Segundo o desembargador Guerreiro Júnior, além do problema jurisdicional, o TJ tem ainda despesas maiores em razão da falta de um desembargador. "Isso gera prejuízo não só para a parte jurisdicional, como também para os cofres públicos, porque nós estamos tendo que pagar sempre a um desembargador para responder por aquele coeficiente na Câmara", completou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Lista I

A coluna informou, domingo, em primeira mão, que 14 juízes de última entrância estavam inscritos para concorrer à vaga de desembargador pelo critério de merecimento.

Ontem, a Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça divulgou uma lista com 15 candidatos, entre eles a juíza Cleonice Conceição do Nascimento.

Ocorre que, por não integrar a quinta parte da lista dos mais antigos, ela não pode concorrer pelo critério de merecimento.

Lista II

A juíza Cleonice Nascimento, segundo a norma, não pode ser candidata. A lista, portanto, só tem 14 candidatos.

Os seguintes: Ribamar Castro, Tyrone Silva, Ângela Salazar, João Santana, José Jorge Figueiredo, Luiz Gonzaga Almeida, Aureliano Neto, Luiz Belchior, Marcelino Everton, Lucas Neto, Samuel Batista, Raimundo Neris, Antonio Vieira Filho e Oriana Gomes.

Em tempo: segundo o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, a eleição do novo desembargador só ocorrerá na sessão do dia 17 de julho.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

NOTA DE PESAR

A Secretaria de Estado de Comunicação Social (Secom) manifesta consternação pelo lastimável falecimento do jornalista Reinaldo Barros, 54 anos, ocorrido na madrugada de domingo (23), vítima de infarto.

O corpo do jornalista foi velado, no domingo (23), por familiares e amigos, na Central da Pax União, na Rua Osvaldo Cruz (Rua Grande) e o enterro aconteceu no cemitério Parque da Saudade, no Vinhais, em São Luís.

Jornalista de reconhecida competência, Reinaldo Barros trabalhou em vários veículos de comunicação social e foi assessor de comunicação do Governo do Estado. Atualmente exercia o cargo de assessor-chefe de Comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Certo de que a trajetória de vida de Reinaldo Barros é um exemplo para todos, a Secom, em nome do Governo do Estado, é solidária com a dor e a saudade de seus familiares.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

• Luto

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Desembargador Antonio Guerreiro Júnior, tendo em vista o falecimento do jornalista Reinaldo Barros, 54 anos, Assessor-Chefe de Comunicação da Corte, manifestou profunda consternação pela lastimável perda e se solidarizou com a dor e a saudade de seus familiares. Reinaldo Barros sofreu infarto fulminante na madrugada de domingo. Socorrido por familiares, foi levado às pressas a um hospital, mas já chegou sem vida ao local.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

AUDIÊNCIA

Sejap participa de discussão sobre Lei de Execução Penal

O secretário de Estado de Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, esteve presente na audiência pública para discutir propostas de aprimoramento da Lei de Execução Penal (LEP). Realizada pela Comissão Especial de Juristas, criada recentemente pelo Senado Federal, em parceria com a Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão, a audiência aconteceu na sexta-feira (21), em São Luis.

Com o objetivo de colocar em pauta as alterações, analisar e discutir as idéias levadas para contribuir nas mudanças na Lei de Execução Penal (LEP), a audiência teve a participação de representantes de gestores públicos, juízes da execução penal, autoridades do setor de segurança pública e jurídica e membros do conselho de comunidade.

Para Sebastião Uchôa, a Lei é boa, mas é preciso atualizá-la de modo que possa ser efetivada melhorando, principalmente, a forma de gestão. "A audiência, com certeza, é necessária para traçar as adequações necessárias. A Comissão age acertadamente quando inclui as partes mais interessadas para acrescentar e discutir as melhorias para a LEP".

O promotor de Justiça de Pernambuco e representante da Comissão Especial dos Juristas do Senado, Marcelo Ugiette, destacou a importância do momento "É um processo difícil e que requer esforço e atenção para que um resultado adequado seja realizado". Outras audiências devem ser realizadas até a apresentação do anteprojeto de atualização da LEP.

Durante o evento, Uchôa destacou como o modelo empregado pelo método APAC influ-em positivamente na reintegração social e melhor cumprimento da pena. "A APAC é uma ferramenta que vem dando resultados. O avanço do sistema e a redução da criminalidade quando inserido o método APAC em suas ações é notório. Seria de grande valia prestigiá-la na Lei de Execução Penal".

IMPERATRIZ - De acordo com o secretário, a nova Penitenciária de Imperatriz, que será entregue em setembro, será administrada sob método APAC e abrangerá dos três regimes de cumprimento de pena, zerando o déficit carcerário em toda a Região Tocantina

"Precisamos eliminar a reincidência criminal em nosso país e o modelo tradicional de cumprimento de pena, tem sido entrópico".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Maranhão

TJMA preenche vagas em 137 cartórios do Estado

Cento e trinta e sete serventias extrajudiciais vagas foram preenchidas em audiência pública promovida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na última sexta-feira (21), com aprovados no concurso de notários de 2011, conforme ordem de classificação no certame.

A audiência foi coordenada pelo corregedor-geral da Justiça e presidente da comissão de concurso, desembargador Cleones Cunha. Os aprovados serão convocados para exames médicos.

QUALIDADE - Os novos notários são graduados em Direito, o que garante maior segurança jurídica e serviços de qualidade aos jurisdicionados, enfatiza o corregedor-geral de justiça, desembargador Cleones Cunha. "Acreditamos plenamente na melhoria dos serviços cartorários prestados à população", acrescenta.

Ynara Ramalho Mota, que escolheu o 1° Ofício Extrajudicial de Colinas, aprovou a organização do concurso. "Após anos de estudos e dedicação, estou aliviada, pois tudo foi resolvido conforme o esperado. A comissão organizadora sempre esteve preocupada com a transparência das informações prestadas", disse.

A candidata mato-grossense, Sheila Rheinheimer, também elogiou os trabalhos da comissão. "O Maranhão está de parabéns, ao conduzir de forma responsável e transparente a organização do concurso", avaliou. "Estou repleta de expectativas em poder desempenhar bem minhas atividades, no Cartório Único de Benedito Leite", acrescentou.

No ato da escolha das serventias – das quais 65 são novas – os classificados assinaram lista de presença e termos de opção e desistência perante o diretor do Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (Ieses), Gilson Meireles. A instituição coordenou o certame.

CONCURSO - Iniciado em 2011, pelo Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (Ieses), o concurso teve a participação de mais de 2 mil candidatos na primeira etapa. Na segunda fase, concorreram 809.

Participaram da audiência os juízes José Ribamar D' Oliveira Costa Júnior e Nelson Ferreira Martins Filho, o promotor de justiça Emmanuel José Peres Netto, o advogado Valdênio Nogueira Caminha, e o notário Felipe Madruga Truccolo, que garantiram a lisura do evento. O procedimento foi validado por meio da Resolução n° 17/2013 – TJ.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Dependente químico

DPE realiza mutirão para atender famílias que buscam internação compulsória

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) realizou mutirão para atender à crescente grande demanda de famílias em busca de internação compulsória de parentes usuários de substâncias entorpecentes. O objetivo é garantir, na Justiça, o acolhimento dos usuários sem a vontade do mesmo, em casos de extrema necessidade e quando há riscos de morte para familiares.

O mutirão, realizado durante três dias, na sede da DPE/MA, atendeu cerca de 40 pessoas, previamente agendadas mediante triagem feita por psicólogos e assistentes sociais da Defensoria. Participaram da ação os defensores públicos Glaiseane Lobo Pinto de Carvalho, Cristiane Silva Marques da Fonseca, Edilson Santana Gonçalves Filho e Diego Carvalho Bugs.

Segundo a defensora pública Cristiane Marques, grande parte dos assistidos é composta por mães que procuram uma solução para o problema de filhos envolvidos com drogas. Alguns pedidos de internação foram enviados para o Tribunal de Justiça. Outros não puderam ser encaminhados de imediato por ausência de documentação, inclusive o laudo médico, comprovando o alto índice de periculosidade do vício para o usuário e para os familiares.

"Muitas pessoas que nos procuraram, não trouxeram a documentação necessária, por isso não tivemos como dar prosseguimento ao pedido. A internação compulsória não é uma medida simples, algumas clínicas, por questões éticas, não entregam o laudo, por exemplo. E esse é um documento fundamental para a solicitação da internação", afirmou.

A corregedora da DPE, Fabíola Almeida Barros, reconheceu a importância de ações deste tipo, que buscam tirar dependentes químicos das ruas e colocá-los em unidades adequadas de tratamento, mesmo contra a vontade dos mesmos. "A droga é uma questão de saúde pública. Devem ser facilitados os canais para que o usuário possa sair do vício, sem risco para si e para seus familiares. Uma decisão da Justiça, nesses casos, pode ser solução mais adequada", concluiu.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

*** A semana começou com mais uma perda no jornalismo maranhense, com o falecimento do escriba e poeta José Reinaldo Barros, 54, responsável pela Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

❖❖ **Cento e trinta e sete serventias extrajudiciais vagas foram preenchidas em audiência pública promovida pelo Tribunal de Justiça, na última sexta-feira (21), com aprovados no concurso de notários de 2011, conforme ordem de classificação no certame.**

❖❖ A audiência foi coordenada pelo corregedor-geral da Justiça e presidente da comissão de concurso, desembargador Cleones Cunha. Os aprovados serão convocados para exames médicos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DPE faz mutirão para atender famílias para internação de parente dependente químico

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) realizou mutirão para atender à crescente grande demanda de famílias em busca de internação compulsória de parentes usuários de substâncias entorpecentes. O objetivo é garantir, na Justiça, o acolhimento dos usuários sem a vontade do mesmo, em casos de extrema necessidade e quando há riscos de morte para familiares.

O mutirão, realizado durante três dias, na sede da DPE/MA, atendeu cerca de 40 pessoas, previamente agendadas mediante triagem feita por psicólogos e assistentes sociais da Defensoria. Participaram da ação os defensores públicos Glaiseane Lobo Pinto de Carvalho, Cristiane Silva Marques da Fonseca, Edilson Santana Gonçalves Filho e Diego Carvalho Bugs.

Segundo a defensora pública Cristiane Marques, grande parte dos assistidos é composta por mães que procuram uma solução para o problema de filhos envolvidos com drogas. Alguns pedidos de internação foram enviados para o Tribunal de Justiça. Outros não puderam ser encaminhados de imediato por ausência de documentação, inclusive o laudo médico, comprovando o alto índice de periculosidade do vício para o usuário e para os familiares.

DIVULGAÇÃO

Defensores públicos prestam atendimento a parentes de usuários de drogas em mutirão

"Muitas pessoas que nos procuraram, não trouxeram a documentação necessária, por isso não tivemos como dar prosseguimento ao pedido. A internação compulsória não é uma medida simples, algumas clínicas, por questões éticas, não entregam o laudo, por exemplo. E esse é um documento fundamental para a solicitação da internação", afirmou.

A corregedora da DPE, Fabíola Almeida Barros, reconheceu a importância de ações deste tipo, que buscam tirar dependentes químicos das ruas e colocá-los em unidades adequadas de tratamento, mesmo contra a vontade dos mesmos. "A droga é uma questão de saúde pública. Devem ser facilitados os canais para que o usuário possa sair do vício, sem risco para si e para seus familiares. Uma decisão da Justiça, nesses casos, pode ser solução mais adequada", concluiu.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Eleição para desembargador do TJ-MA tem 15 juízes inscritos

Quinze juízes de entrância final (São Luís) se inscreveram para acesso ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), pelo critério de merecimento, na vaga aberta em razão da aposentadoria de Raimundo Nonato de Souza. A votação ocorre em sessão plenária administrativa. A próxima está prevista para 3 de julho.

Estão inscritos os juízes José de Ribamar Castro, Tyrone José Silva, Ângela Maria Moraes Salazar, João Santana Sousa, José Jorge Figueiredo dos Anjos, Luiz Gonzaga Almeida Silva, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Luiz de França Belchior Silva, Marcelino Chaves Everton, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Samuel Batista de Sousa, Raimundo Nonato Neris Ferreira, Antonio José Vieira Filho, Oriana Gomes e Cleonice Conceição do Nascimento. De todos, segundo a diretoria geral do TJ-MA, apenas a juíza Cleonice do Nascimento não terá o nome submetido à votação, por não compor a primeira quinta parte da lista de antiguidade.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

■ Concurso do TJ

O Tribunal de Justiça divulgou Edital com o resultado final da prova objetiva seletiva e a convocação para as provas escritas, referentes ao concurso público para o cargo de Juiz de Direito Substituto. O Edital com a lista pode ser acessado em link disponível na página do Cespe UnB, responsável pelo certame.

As provas escritas terão cinco questões. Com duração de cinco horas, elas serão aplicadas no dia 6 de julho de 2013, às 14h. Os candidatos devem acessar o site do Cespe UnB a partir do dia 26 de junho, para verificação do endereço de realização das provas.

Na data provável de 2 de agosto de 2013 será divulgado, no Diário da Justiça Eletrônico, edital de convocação para a sessão pública do resultado provisório das provas escritas; de distribuição dos recursos contra o resultado e para julgamento dos recursos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sai resultado final da prova objetiva do concurso de juiz

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) divulgou Edital com o resultado final da prova objetiva seletiva e a convocação para as provas escritas, referentes ao concurso público para o cargo de Juiz de Direito Substituto. O Edital com a lista pode ser acessado pelo link (http://www.cespe.unb.br/concursos/TJ_MA_12_JUIZ) disponível na página do Cespe UnB, responsável pelo certame.

As provas escritas terão cinco questões. Com duração de cinco horas, elas serão aplicadas no dia 6 de julho de 2013, às 14 horas. Os candidatos devem acessar o site do Cespe UnB a partir do dia 26 de junho, para verificação do endereço de realização das provas.

Na data provável de 2 de agosto de 2013 será divulgado, no Diário da Justiça Eletrônico, edital de convocação para a sessão pública do resultado provisório das provas escritas; de distribuição dos recursos contra o resultado e para julgamento dos recursos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Corregedoria do MA recebe visita de americanos especialistas em segurança

DIVULGAÇÃO

Na sexta-feira (21), após ministrarem curso sobre segurança para magistrados do Maranhão, os especialistas em segurança norte-americanos Charles Saba, Richard Rippy e Shene McSheehy visitaram a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, onde foram recebidos pelo corregedor-geral Des. Cleones Carvalho Cunha. Na ocasião, eles reforçaram a importância de valorizar a segurança pessoal dos magistrados no Maranhão e mudança dessa visão no Brasil.

Os americanos foram acompanhados durante a visita pelo diretor de Segurança Institucional do TJ-MA, Capitão Alexandre Magno e pelos juízes Marcela Lobo e Rodrigo Nina, que participaram da primeira turma do curso de segurança ministrado por Charles Saba e equipe da SWAT nos Estados Unidos. A juíza Teresa Cristina Mendes também participou do encontro na Corregedoria.

"Realmente, de pouco tempo para cá é que nós magistrados, no Brasil todo, estamos tendo a consciência de segurança que devemos ter. Aqui no Maranhão, onde, principalmente, nas comarcas do interior do estado, o magistrado não tem nenhuma cerimônia em andar tranquilamente pelas ruas, a percepção das ações de segurança tem aumentado. E nós temos que nos preocupar com isso mesmo", comentou o corregedor.

De acordo com Charles Saba, pequenas atitudes, agravadas pela grande exposição atual das redes sociais, podem fazer diferença em situações de risco. Ele comenta, ainda, que em comparação aos magistrados dos Estados Unidos, no Brasil isso ainda é mais arriscado. "O juiz americano não tem a carga de trabalho que o juiz brasileiro tem. Isto porque 90% dos casos nos EUA são resolvidos por mediação", ressaltou o especialista.

Durante a visita, os magistrados Marcela Lobo e Rodrigo Nina revelaram ao corregedor como o curso de segurança nos EUA os fizeram ter outra visão de segurança. "Realmente, voltamos do curso com outra noção de segurança e de como determinadas atitudes do dia-a-dia podem fazer a diferença", destacou Rodrigo Nina.

Uma segunda turma de magistrados maranhenses deverá participar do curso nos Estados Unidos até o fim deste ano.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação